

**UM ESTUDO DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO: DA RETÓRICA
ARISTOTÉLICA À TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS**

**A STUDY OF THE ARGUMENTATION THEORY: FROM ARISTOTELIAN
RHETORIC TO THE THEORY OF SEMANTIC BLOCKS**

Geane Cássia Alves Sena¹

Maria Flávia Figueiredo²

Resumo: *Este artigo tem como objetivo desenvolver um estudo teórico sobre a Teoria da Argumentação, iniciando pela Retórica aristotélica, perpassando pelo advento da Nova Retórica com Perelman & Olbrechts-Tyteca, até chegar à Teoria da Argumentação na Língua, proposta por Ducrot e colaboradores. Para atingir nosso propósito, realizamos uma pesquisa bibliográfica, apoiada nos estudos realizados por teóricos que discutem sobre a Retórica e a Nova Retórica, como Reboul (2004) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), e a Teoria da Argumentação na Língua, como Ducrot (1987). A partir dos estudos aqui apresentados, verificamos que a argumentação tem sido estudada por vários pesquisadores e de diversas áreas do conhecimento, inclusive da Linguística. Ainda observamos que, segundo Ducrot e colaboradores, a argumentação está inscrita na própria língua e passa a ser concebida como uma atividade estruturante de qualquer discurso. Enfim, a argumentação tem sido objeto de estudo desde a antiga Grécia até os dias atuais.*

Palavras-chave: Argumentação; Retórica aristotélica; Teoria da Argumentação na Língua.

Abstract: *This article intends to present a study on the Theory of Argumentation starting from Aristotelian Rhetoric, passing by the advent of the New Rhetoric by Perelman & Olbrechts-Tyteca, to come to the Argumentation Theory in language, proposed by Ducrot et al. To achieve this goal, we have carried out a literature review based on studies by theorists who argue about the Rhetoric and the New Rhetoric, such as Reboul (2004) and Perelman and Olbrechts-Tyteca (2005), and the Argumentation Theory in language, such as Ducrot (1987). By the studies presented in this article we concluded that the argumentation has been studied by many researchers on various areas of knowledge, including linguistics. We have also observed that, according to Ducrot et al., the argumentation is engraved in the language itself and can be conceived as a structuring activity of any speech. In sum, the argumentation has been studied since ancient Greece to the present day.*

Keywords: Argumentation; Aristotelian Rhetoric, Argumentation Theory in Language.

1 Introdução

Os estudos da argumentação vêm sendo desenvolvidos, desde a antiga Retórica até os dias de hoje, por estudiosos de diversas áreas do saber, como filósofos, literatos, especialistas da linguagem e linguistas. Sendo que estes últimos passaram a exercer papel fundamental no

¹ Docente da Faculdade de Saúde Ibituruna (FASI). Mestre em Linguística pela Universidade de Franca (UNIFRAN). Montes Claros, Brasil, e-mail: geane.sena@yahoo.com.br

² Docente da Universidade de Franca (UNIFRAN). Doutora em Linguística pela UNESP de Araraquara. Franca, Brasil, e-mail: mariaflaviafigueiredo@yahoo.com.br

desenvolvimento dos estudos da Teoria da Argumentação, uma vez que desenvolveram diversas teorias sobre a dimensão argumentativa, a partir de uma perspectiva da língua.

Diante disso, neste artigo, realizamos um estudo sobre a Teoria da Argumentação, partindo de Aristóteles, notável filósofo grego, passando pelos estudos desenvolvidos por Perelman, com a colaboração de Olbrechts-Tyteca, por terem provocado uma verdadeira renovação nos estudos da argumentação; para então chegarmos aos estudos realizados por Oswald Ducrot sobre a Teoria da Argumentação, sob uma perspectiva linguística. Ducrot, por sua vez, contou com a colaboração de Jean-Claude Anscombe, nas primeiras fases da teoria (denominadas de Forma *Standard* e Teoria dos *Topoi* Argumentativos), e de Marion Carel, na terceira e atual fase dessa teoria (denominada Teoria dos Blocos Semânticos).

2 Argumentação e Retórica

2.1 Contribuições de Aristóteles para a Retórica

Grande pensador grego, Aristóteles trouxe importantes contribuições aos estudos retóricos e a outras áreas do saber, como é o caso da Linguística. Assim, a partir de Aristóteles, a Retórica ganhou um novo impulso passando a ser definida como a arte de persuadir através da utilização do raciocínio lógico³, ou seja, a escolha de meios adequados para persuadir, e não mais como a *arte da oratória*, do bem falar, como era definida pelos sofistas⁴.

Na visão de Aristóteles, “o sofista manipula, para persuadir, os fatores irracionais que são o *ethos* (o caráter do orador) e o *pathos* (as paixões do auditório, por exemplo, servir-se da xenofobia para justificar a não nacionalização dos estrangeiros)” (STIRN, 2006, p. 63-64). Nos seus ensinamentos, o pensador deixa claro que a Retórica se apoia no verossímil sem ter a pretensão de apresentar uma verdade única e irrefutável, e seu raciocínio lógico não é aplicável em todas as situações.

Assim, para Aristóteles, a Arte Oratória desenvolvida pelos sofistas era a *arte de enganar*, primeiramente

[...] porque ela tinha colocado o conhecimento do objeto em segundo plano. A sua prioridade era o estudo das evidências exteriores à arte que poderiam

³ “A finalidade da Retórica aristotélica é persuadir e, ao mesmo tempo, esta finalidade especifica o discurso retórico em oposição ao discurso não retórico. Entretanto, no Século I da era cristã, Quintiliano, em nome da lógica, critica a validade desta definição” (TRINGALI, 1988, p. 22).

⁴ Retóricos que possuíam vocação pedagógica e promoviam o desenvolvimento da eloquência (Cf. FERREIRA, 2010, p. 42).

ser úteis para promover e amplificar a emoção do auditório. [...] Em segundo lugar, [...] a sofística não se interessava por uma pesquisa adequada dos gêneros discursivos mais comuns no cotidiano da *polis* e, por isso mesmo, menos especializados. Pois são discursos em que o auditório não se encontra na posição de juiz de uma causa alheia mas delibera em seu próprio benefício e o interesse da cidade. Em terceiro lugar, [...] o conhecimento da sofística não passava de simulacro, pois o raciocínio dessa parecia silogístico somente na forma. Um exame mais detido do mesmo seria capaz de demonstrar algum vício ou defeito que comprometia o caráter lógico, servindo para enganar o auditório. Pois, não se postulava correspondência entre a linguagem e a realidade. (MENEZES, 2001, p. 183)

Com a publicação da obra *Arte Retórica (composta por três livros- I: 1354a –1377b, II: 1377b – 1403a, III: 1403a – 1420a)*, Aristóteles inovou os estudos retóricos dando início à sistematização da estrutura do pensamento racional, o que possibilitou a construção de provas argumentativas para persuadir o outro. Nessa perspectiva, “[...] passa-se de uma arenga propagandística, do tipo ‘você vão ver o que vocês vão ver’ para uma argumentação rigorosa” (REBOUL, 2004, p. 23). No entanto, as suas contribuições não se encerram nesta obra, mas se estendem a *Órganon*, obra onde estabelece as bases da lógica formal.

O raciocínio lógico apresentado por Aristóteles limitava-se a analisar os meios de provas demonstrativos (cf. RIBEIRO, 2009, p. 24). Desse modo, a argumentação só tem validade se alcançar a adesão do auditório. Nesse contexto, a noção de auditório ganha grande destaque, pois é em função dele que o orador organiza a sua fala e a argumentação para que ela se concretize. Assim, “a fala do orador é concebida como forma de ação, embora a ênfase não esteja no que diz, no conhecimento produzido por ela e sim na finalidade de persuadir o outro” (RIBEIRO, 2009, p. 24).

Além de estabelecer o devido lugar do auditório no campo da argumentação, Aristóteles (1959; 2003) apresenta alguns meios que podem ser utilizados para organizar um discurso persuasivo, sendo de ordem racional (*logos*) ou afetiva (*ethos* e *pathos*), “Ou melhor dizendo, uns mais racionais, outros mais afetivos, pois em retórica razão e sentimentos são inseparáveis” (REBOUL, 2004, p. XVII).

Após determinar o tipo de discurso a ser utilizado, o orador deve ir em busca dos argumentos adequados. Sendo assim, as provas

[...] podem ser referentes ao caráter moral ou **ethos** do orador (Ele é de confiança? É simpático? Possui credibilidade?), disposições criadas no ouvinte ou **pathos** (A quem se dirige? Quais são as suas paixões, emoções e sentimentos?) e aquilo que o próprio discurso demonstra ou parece demonstrar ou **logos** (A materialidade do discurso indica alguma verdade?)

Há algum efeito demonstrativo – através do exemplo (que permite a indução) ou do entimema (que permite a dedução). (MENEZES, 2001, p. 184, grifos do autor)

Além disso, Aristóteles delimita a existência de três elementos na composição do discurso: aquele que fala; aquilo sobre o que se fala e aquele a quem se fala. Também evidencia a existência de três tipos diferentes de ouvintes que atuam no discurso, a saber: o espectador que olha o presente; a assembleia que olha o futuro; e o juiz que julga sobre coisas passadas. Com base nesses três tipos de posicionamentos, ainda vincula três tipos de gêneros de discurso retórico: deliberativo; judiciário; e demonstrativo ou epidíctico.

Aristóteles ressalta que, no interior desses gêneros do discurso, a argumentação não é totalmente construída pelo orador por, de alguma forma, estar relacionada diretamente com as crenças do auditório, ou seja, com os lugares comuns (*topoi*), que devem ser compartilhados entre eles. Como exemplo, “na deliberação, os lugares dirigem-se para aquilo que é bom ou mal, o agradável ou o inverso; no epidíctico, para a virtude e o vício, o belo e o vergonhoso; no judiciário, para as causas da injustiça: o vício-maldade e a intemperança” (MENEZES, 2001, p. 184-185). Portanto, “Para que uma tese consiga a adesão de um auditório, ela necessita, de certa forma, estar em conformidade com as crenças desse auditório ou, *a fortiori*, com o que esse auditório é capaz de admitir como sendo racional” (SOUZA, 2001, p. 163).

Na elaboração do discurso, o orador divide a Retórica em quatro fases: invenção (*heurésis*), disposição (*táxis*), elocução (*lexis*) e ação (*hypocrisis*). A invenção é a etapa inicial, fase em que o orador escolhe o tema e busca os argumentos adequados para a sustentação do seu discurso. A disposição corresponde à etapa em que o orador procura organizar a estrutura do seu discurso, a fim de alcançar o seu objetivo, ou seja, persuadir o seu interlocutor. Já a elocução é a fase em que o orador imprime seu próprio estilo, a partir da construção linguística do discurso. E, a última etapa pela qual passa o orador, ou seja, a ação, é a fase em que o discurso é colocado em prática e conta com o auxílio de recursos linguísticos (semânticos e sintáticos) e extralinguísticos (gestos, entonação, ritmo, etc.) para alcançar o efeito desejado sobre o interlocutor.

Outra grande contribuição desse filósofo para os estudos da Retórica foi a divisão do raciocínio em três tipos distintos: analíticos, dialéticos e sofísticos. Os analíticos são os raciocínios de caráter científico, verdadeiros e que levam a conclusões corretas. Os dialéticos são raciocínios prováveis, de caráter verossímil, que se apoiam nas opiniões, crenças das pessoas e não têm como pretensão conduzir a conclusões totalmente corretas, mas prováveis,

pois baseia-se na *doxa*⁵. Já os sofísticos são raciocínios falaciosos que levam a conclusões incorretas e se mostram como verdadeiros para convencer o auditório. Os raciocínios “dialéticos ficam entre os raciocínios científicos e sofísticos. Aristóteles os estuda em dois livros: ‘Tópica’ e ‘Arte Retórica’. Fixemos que tanto a Retórica como a Dialética só lidam com raciocínios dialéticos ou prováveis” (TRINGALI, 1988, p. 149).

Todas essas contribuições⁶ foram de grande relevância para o desenvolvimento dos estudos da Retórica e, conseqüentemente, da Argumentação, uma vez que não é possível conceber uma sem a outra. Segundo Meyer (1994, p. 17), a ligação entre Retórica e Argumentação é bastante antiga, pois

O caráter argumentativo está presente desde o início: justificamos uma tese com argumentos, mas o adversário faz o mesmo. Neste caso, a retórica não se distingue em nada da argumentação. Trata-se de um processo racional de decisão numa situação de incerteza, de verossimilhança, de probabilidade.

Os ensinamentos de Aristóteles contribuíram tanto para os estudos retóricos, quanto para o desenvolvimento de distintas áreas do conhecimento, sendo muitos deles “válidos até hoje, sobre elementos de gramática, de Filosofia, Filosofia da Linguagem, Lógica e Estilística” (FERREIRA, 2010, p. 44). Além disso, serviu de ponto de partida para o advento da Nova Retórica, a partir dos estudos desenvolvidos por Perelman, sobre a qual falaremos neste trabalho.

2.2 A Nova Retórica

Perelman, com a colaboração de Olbrechts-Tyteca, no ano de 1996, publicou o livro *Tratado da Argumentação: a nova retórica* propondo uma nova *roupagem* para os estudos retóricos, porém, sem desprezar os preceitos da Retórica aristotélica. Na verdade, a Nova Retórica é um retorno à Dialética de Aristóteles e não à própria Retórica.

A Nova Retórica é, pois, uma Dialética Nova. E por que ela não é chamada assim? Porque participa de um movimento neo-aristotélico e se incumbe de restaurar, de introduzir, de modo renovado, a Dialética de Aristóteles, sob o nome de Retórica. Mas por que Retórica? O motivo é que a palavra Dialética já havia se comprometido totalmente com o sentido hegeliano e marxista e parecia absurdo empregá-la também com o sentido aristotélico,

⁵ Sistema de opiniões comuns (Cf. FERREIRA, 2010, p. 85).

⁶ Aqui apresentamos apenas um breve resumo de algumas das contribuições de Aristóteles para os estudos retóricos, que consideramos relevantes para a nossa discussão.

embora seja o sentido fundamental, básico. Por outro lado, a palavra Retórica se achava disponível porque caiu em desuso.

A Retórica Antiga continua viva e atual. Mas a razão decisiva que levou Perelman a batizar a Dialética de Aristóteles de Retórica se deve ao fato de que tanto a Retórica quanto a Dialética supõem um auditório e ambas buscam persuadir alguém. Perelman convenceu-se que esse traço comum e relevante o autorizava a fazer a substituição. Porém, acontece que o conceito de auditório de Perelman não coincide com o conceito da Antiga Retórica. Trata-se de um auditório construído pelo argumentador, um auditório virtual.

A ideia de auditório presente na Retórica aristotélica é retomada pela Nova Retórica como elemento fundamental para o desenvolvimento da argumentação. Logo, “é a relação entre orador e auditório que constitui o sentido da argumentação” (RIBEIRO, 2009, p. 27). O que explica “[...] a concepção de auditório vista sob a ótica da heterogeneidade, que supõe a existência de vários indivíduos, pensando de forma diferente e possivelmente chegando também a conclusões diferentes” (RIBEIRO, 2009, p. 27).

Pensando na diversidade de indivíduos que podem compor um auditório, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) distinguem três tipos de auditórios: particular, universal e individual. O primeiro é concebido como aquele composto por um tipo de interlocutor ou interlocutores, a quem o orador direciona o seu discurso. O segundo corresponde a um auditório constituído por todos os homens. Já o terceiro é aquele composto pelo próprio sujeito que delibera, sendo capaz de “experimentar o valor de seus próprios argumentos” (PERELMAN *et al.*, 2005, p. 46).

Apoiando-se nos fundamentos da Retórica Antiga, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) conservam em seus estudos, além da concepção de auditório, a ideia de orador e discurso, “elementos responsáveis pelo movimento argumentativo” (RIBEIRO, 2009, p. 26).

Além da condução da argumentação, através do modelo lógico, embasado nos ensinamentos de Aristóteles, surge no cenário da argumentação, a partir de 1970, um novo momento, denominado lógico-linguístico. Conforme Plantin (2008), essa nova fase da argumentação representa uma renovação no conceito de argumentação proposto até então. Questão sobre a qual discorreremos na sequência.

3 A argumentação na perspectiva da Linguística

A Teoria da Argumentação na Língua (TAL), ou Semântica Argumentativa, surgiu a partir de 1970, através de estudos desenvolvidos pelo teórico francês Oswald Ducrot com a

colaboração de Jean-Claude Anscombe, nas duas primeiras fases de desenvolvimento da teoria (denominadas de Forma *Standard* e Teoria dos *Topoi* Argumentativos) e de Marion Carel, na terceira fase (denominada Teoria dos Blocos Semânticos). Essa teoria tem como principal objetivo mostrar que a argumentatividade se encontra presente na própria língua e, por isso, deve ser compreendida como “um ato lingüístico fundamental, um elemento estruturante do discurso” (RIBEIRO, 2009, p. 29). E, conseqüentemente, traz uma nova concepção de argumentação.

Como propõe Ducrot (1989, p. 18), “a argumentação pode estar diretamente determinada pela frase, e não simplesmente pelo fato que o enunciado da frase veicula. Neste caso, dir-se-á que a argumentação está na ‘língua’, nas ‘frases’”. Ressignificando essa ideia, Koch ressalta que

[...] a argumentação é uma atividade estruturante do discurso, pois é ela que marca as possibilidades de sua construção e lhe assegura a continuidade. É ela a responsável pelos encadeamentos discursivos, articulando entre si enunciados ou parágrafos, de modo a transformá-los em texto: a progressão do discurso se faz, exatamente, através das articulações da argumentação (KOCH, 2000, p. 159).

Nesse sentido, os conectivos, bem como outros mecanismos da língua, “funcionam como operadores no discurso argumentativo, encadeando e determinando o valor dos enunciados, comprovando que a própria língua tem seus mecanismos para operar argumentativamente” (RIBEIRO, 2009, p. 31). A seguir, discorreremos sobre os dois momentos iniciais da Teoria da Argumentação na Língua, divulgados a partir da publicação do livro *Polifonia y Argumentación*, de Ducrot (1988), para, posteriormente, chegarmos à terceira fase da TAL.

3.1 Primeiras fases da TAL: a forma *standard* e a teoria dos *topoi* argumentativos

A Forma Padrão ou *Standard*, primeiro momento da TAL, foi desenvolvida por Ducrot, com a colaboração de Jean- Claude Anscombe, em oposição à concepção tradicional de argumentação, ou modelo de Toulmin⁷.

⁷ Mais informações sobre este modelo podem ser encontradas em: Toulmin, S. E. 1958. *The uses of argument*, Cambridge, Cambridge University Press.

Nessa fase da Teoria, Anscombe e Ducrot (1994) procuram mostrar que, na maioria das vezes, as frases possuem argumentatividade, pois nos orientam a alcançar certas conclusões, a partir do sentido presente em morfemas como *pouco* e *um pouco*, elementos determinadores da força argumentativa de um enunciado. Essa é a base da primeira fase da teoria que, assim como a segunda fase, procura definir o conceito de “possibilidades argumentativas”, isto é, a força argumentativa de um enunciado. Como propõe Ducrot (1989, p. 20)

a força argumentativa de um enunciado A deve ser definida como um conjunto [...] dos enunciados C1, C2... etc. que podem aparecer como conclusões de A. Assim a força argumentativa de um enunciado “Pedro trabalhou um pouco” consistiria no conjunto dos enunciados que podem eventualmente lhe ser encadeados em um discurso por um *portanto* ou um conectivo deste tipo, explícito ou implícito. Neste conjunto, encontrar-se-iam, por exemplo, os enunciados “Ele está cansado”, “Ele tem o direito de descansar”, “Ele talvez tenha terminado o artigo”.

Entretanto, nessa fase, a teoria apresentou vários problemas. De forma geral, mostrou-se problemática por: não conseguir abarcar os princípios que estabelecem a relação entre argumento e conclusão; não possibilitar a identificação do traço comum existente entre as possíveis conclusões geradas a partir de um determinado morfema; não contemplar o fato de dois operadores argumentativos diferentes e opostos gerarem uma conclusão idêntica (pelo fato de um mesmo operador poder gerar conclusões distintas, em duplas de frases, como em “Pedro trabalhou *pouco*” e “Pedro trabalhou *um pouco*”).

Diante disso, Ducrot reformula a sua teoria e insere a noção de *tópos*⁸ *argumentativo* como o princípio responsável pela ligação entre argumentos e conclusões. Assim, para que um morfema possua um valor argumentativo, um terceiro elemento deve ser levado em consideração, já que a orientação argumentativa de um argumento A para C (suas possíveis conclusões) “deve estar fundamentada em um princípio argumentativo, ou, na minha terminologia, em um ‘*tópos*’” (DUCROT, 1989, p. 24). Desse modo, no enunciado “João será o vencedor da corrida, ele treinou bastante.” verifica-se a presença de um enunciador que acredita que *quem se dedica aos treinos terá mais chances de vencer*. Esse ponto de vista assumido pelo enunciador corresponde ao *tópos* argumentativo, pois possibilita a passagem

⁸ “O conceito de *tópos* tem origem na Retórica Aristotélica e está ligado à ideia de *lugares comuns*, isto é, categorias formais de argumentos que têm uma aplicação geral. Eles constituem princípios gerais que servem de base para os raciocínios que permitem o acesso a uma conclusão, sem precisar estar expressamente ditos” (CABRAL, 2010, p. 53).

do argumento para a conclusão presente no enunciado. Conforme Ducrot, o *tópos* é um princípio argumentativo presente no interior da língua e não fora dela. Além disso, está relacionado ao ponto de vista assumido pelo enunciador dentro de um determinado enunciado.

Para esclarecer a noção de *tópos*, Ducrot (1989) apresenta três propriedades inerentes a esse princípio argumentativo: é *universal*, *geral* e *gradual*. O *tópos* é *universal* por ser comum a uma determinada comunidade linguística, num sentido bastante limitado. É *geral* por poder ser aplicado em várias situações similares, não só no momento em que se fala. E é *gradual* por relacionar duas escalas, duas gradações, de modo que, “quando se percorre uma das escalas, percorre-se também a outra, e que o sentido no qual se percorre uma implica um certo sentido para o percurso na outra” (DUCROT, 1989, p. 26).

Recorremos ao enunciado “Está fazendo calor, vamos à praia”⁹ para exemplificar essa gradação e sua interpretação, segundo a qual o *tópos* presente seria “o calor torna a praia agradável”, o qual convoca duas escalas: a escala da *temperatura* e a do *agradável*. Nesse sentido, caso esteja mais quente em uma praia X do que em Y, será mais agradável banhar-se em X do que em Y, ou seja, quanto mais *quente* estiver, mais *agradável* será a praia. Entretanto, se a praia X é mais quente, mas pode ter a presença de tubarões, ela será menos agradável do que a praia Y. Essa relação de gradação (quanto mais.../quanto menos), presente na teoria dos Topoi, é, segundo Cabal (2010, p.54-55), “uma propriedade decisiva da argumentação, o que possibilita e implica a existência de **escalas argumentativas**” (grifo do autor). Também para Guimarães (2007, p. 28), a *escala argumentativa* “é uma classe argumentativa em que se configura uma relação de força maior ou menor dos conteúdos dos enunciados”. Desse modo, as *escalas argumentativas* permitem “avaliar os argumentos em termos de força, isto é, há argumentos que são mais fortes do que outros em relação a uma mesma conclusão” (CABRAL, 2010, p. 54-55). Sendo assim, a argumentação deve ser vista como um fenômeno gradual e não absoluto.

Na língua, existem elementos denominados de *operadores argumentativos* que são responsáveis por indicar a gradação da força dos argumentos e por mostrar para que direção os enunciados apontam. Quando os enunciados apontam para uma mesma conclusão dizemos que pertencem a uma *classe argumentativa*- que pode ser definida como um conjunto de enunciados que argumenta em direção a uma mesma conclusão.

Nessa fase da teoria, a descrição de uma frase está condicionada aos *topoi*¹⁰ argumentativos (lugares comuns à disposição dos enunciadores) e aos pontos de vista

⁹ Exemplo apresentado por Ducrot (1989, p. 26).

¹⁰ Plural de *tópos*.

expressos pelos enunciadores através do enunciado, isto é, ao aspecto polifônico. Além da noção de *tópos*, Ducrot inclui o conceito de polifonia¹¹, já que para descrever o valor semântico de uma frase, julgava necessário levar em consideração também o posicionamento assumido pelos enunciadores em um enunciado. Koch (2009, p. 140) explicita que, para Ducrot, a polifonia pode ser compreendida “como a incorporação que o locutor faz ao seu discurso de asserções atribuídas a outros enunciadores ou personagens discursivos – ao (s) interlocutor (es), a terceiros ou à opinião pública em geral”.

Para que o conceito de polifonia seja mais bem compreendido, Ducrot estabelece também a noção de *enunciador*, *locutor* e *sujeito empírico*. Enquanto que o enunciador (E) corresponde aos seres responsáveis pelos pontos de vista expressos através da enunciação, não são seres do mundo real, mas abstratos, aos quais não são atribuídas palavras; o locutor (L) é o ser responsável pelo enunciado, que se evidencia através das marcas de primeira pessoa. Já o sujeito empírico (λ) é o ser do mundo real, pertencente ao extralinguístico, diferente do locutor que se encontra no plano linguístico. Ressaltamos que os estudos de Ducrot estão centrados na língua e não fora dela. Para mostrar a presença de enunciadores dentro de um enunciado, Ducrot (1988, p. 24) apresenta o seguinte exemplo: “Pedro não veio; ao contrário, ficou em casa”. Nesse enunciado, podemos identificar a presença de dois enunciadores que assumem os seguintes posicionamentos: E1- Pedro veio. e E2- Pedro não veio.

No enunciado 1, percebemos a presença do enunciador (E1), que se encontra implícito no enunciado; como também do enunciador (E2), que se posiciona de forma oposta ao enunciador (E1). Como vemos, o locutor assume o mesmo posicionamento de (E2): “Pedro não veio”, e recusa o ponto de vista de (E1): “Pedro veio”. Como afirma Delanoy (2008, p. 26), “do diálogo entre locutor e enunciadores vem a noção de polifonia na linguagem. A polifonia se explica como um conjunto de vozes que estão implícitas num enunciado quando um locutor se dirige a um interlocutor. Na verdade, são pontos de vista frente aos quais o locutor toma uma posição.

A segunda fase da teoria de Ducrot também se mostrou insuficiente, pois tanto a noção de *tópos* quanto a teoria da polifonia (aqui apresentada de forma bastante simplista por não ser objetivo deste estudo) não foram suficientes para solucionar o problema dos enunciados paradoxais existentes na língua por não conseguir explicar as construções que se apoiam em

¹¹ Esse conceito foi desenvolvido por Bakhtin e serviu de base para o desenvolvimento da Teoria da Argumentação na Língua. Por não ser objetivo deste trabalho, não discorreremos sobre o conceito bakhtiniano de polifonia, mas apresentaremos apenas a concepção de polifonia desenvolvida posteriormente por Ducrot.

lugares comuns que vão contra ao que, geralmente, a sociedade tem como crença, nem a oposição de pontos de vista expressos pelos enunciadores, em um enunciado.

Para Carel e Ducrot (2001), se admitirmos, por exemplo, que o sentido da palavra *trabalho* se apoia nos *tópos* “O trabalho leva ao sucesso” ou “O trabalho cansa”, verificaremos, por exemplo, que a partir do lugar comum “O trabalho cansa”, podemos construir o paradoxo: 1 O trabalho *cansa*. e 2 O trabalho *descansa*. A construção (2) apresenta-se como uma oposição ao que a sociedade tem como lugar comum sobre a significação da palavra *trabalho*, uma vez que a crença que temos é a de que o trabalho gera o cansaço e não o descanso. Apesar da construção (2) ser totalmente possível na língua, Carel e Ducrot (2001) chamam a atenção para a incapacidade desse modelo teórico em explicar tal ocorrência.

A teoria da polifonia, assim como a noção dos *topoi*, também não é suficiente para explicar a ocorrência de construções paradoxais na língua. Ao utilizar, por exemplo, a palavra *trabalho* como sendo *uma atividade que descansa*, o locutor do enunciado aciona o posicionamento de dois enunciadores, um que afirma que *o trabalho cansa* e o outro que afirma que *o trabalho descansa*, sendo este último posicionamento o mesmo assumido pelo locutor. O confronto de vozes que ecoam no enunciado não consegue, todavia, explicar o significado da palavra *trabalho*, uma vez que para compreender o significado desse termo é preciso buscar informações sobre as propriedades inerentes a essa atividade no mundo extralinguístico, ou seja, no contexto. Ao tentar preencher essa lacuna na TAL, Carel e Ducrot propõem a Teoria dos Blocos Semânticos.

3.2 A Teoria dos Blocos Semânticos

A Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) foi fundada em 1990 por Carel e Ducrot e tem como pretensão rever algumas concepções apresentadas pelos precursores da TAL (Ducrot e Anscombe), nas fases iniciais dessa teoria (acima expostas), além de mostrar como se realiza a construção de sentido através de estruturas linguísticas e de trazer importantes contribuições à teoria da polifonia.

Nessa nova perspectiva, o sentido se constrói a partir da relação de interdependência existente entre dois segmentos, ou seja, entre argumento e conclusão e não mais na passagem de um argumento A para uma conclusão C, como se argumento e conclusão fossem elementos semanticamente independentes. Isso significa que o sentido se constrói a partir de um bloco

semântico que corresponde à “[...] interdependência entre os segmentos de um encadeamento argumentativo” (DELANOY, 2008, p. 30). Para Ducrot (2002, p. 7)

A teoria dos ‘blocos semânticos’ mantém, e até mesmo radicaliza as decisões iniciais da Teoria da ‘Argumentação na Língua’ (renunciando principalmente a certas facilidades que nós tínhamos dado. Jean-Claude Anscombe e eu recorrendo aos ‘topoi’. Para M. Carel, o sentido de uma entidade lingüística é ou de evocar um conjunto de discursos ou, se ela tem função puramente combinatória, de modificar os discursos associados a outras entidades. Só o discurso é portanto doador de sentido. (grifos do autor)

Segundo Carel (2002), a partir da Teoria dos Blocos Semânticos, o encadeamento argumentativo é denominado por “qualquer discurso sintaticamente analisável em duas frases que, de um ponto de vista semântico, são interdependentes e exprimem finalmente, ambas, uma única coisa” (p. 29). Nessas condições, um encadeamento argumentativo se constitui por dois segmentos, X e Y, ligados por um conector, ou seja, por duas entidades linguísticas ligadas por um conector. Sendo admitidos nessa teoria somente dois tipos de conectores, o que resulta em apenas dois tipos de encadeamentos argumentativos: *normativos* e *transgressivos*.

A argumentação pode, então, ser do tipo *normativa* ou *transgressiva*. É *normativa* aquela cujos componentes estão interligados semanticamente por um conector do tipo DONC (conector da língua francesa que corresponde ao conector LOGO da língua portuguesa) e a *transgressiva* é aquela cujos segmentos se encontram inter-relacionados por um conector do tipo POURTANT (conector da língua francesa que corresponde ao conector NO ENTANTO da língua portuguesa) (Cf. CAREL *et al.*, 2005, p. 14). Como exemplifica Ducrot (2002, p. 8), os seguintes encadeamentos são normativos: 1’ João está com pressa de chegar, portanto ele corre.; 1” Se João está com pressa de chegar, então ele corre.; 1''' João corre porque está com pressa de chegar. Já esses outros realizam um encadeamento transgressivo: 2’ João tem pressa de chegar, no entanto não corre.; 2” Ao mesmo tempo que ele tem pressa de chegar, João não corre.; 2''' Embora tenha pressa de chegar, João não corre.

A partícula **neg**, presente no encadeamento acima, representa todas as formas de negação, ou seja, tanto *pouco* quanto *não*. Essa partícula é classificada por Ducrot (1988) como um *desrealizante inversor*, por não só atenuar a força argumentativa, mas também inverter a orientação argumentativa. Nesse sentido, a negação não corresponde somente à

negação sintática, mas equivale também a morfemas como *pouco* e a todas as construções sintáticas de função negativizante.

Com o acréscimo da negação, diferentes encadeamentos podem ser desenvolvidos. Partindo, por exemplo, do bloco semântico¹² *esforço – resultado satisfatório*, construído aleatoriamente, teremos os seguintes encadeamentos: 3 Esforçou-se DC terá êxito (Lemos: Esforçou-se LOGO terá êxito); 4 Esforçou-se PT neg- terá êxito (Lemos: Esforçou-se NO ENTANTO não terá êxito); 5 Neg- esforçou-se DC neg-terá êxito (Lemos: Não esforçou-se LOGO não terá êxito); 6 Neg- esforçou-se PT terá êxito (Lemos: Não esforçou-se NO ENTANTO terá êxito). Os encadeamentos (3) e (5)¹³ pertencem ao aspecto normativo do bloco semântico *esforçar – ter êxito*, enquanto que o (4) e o (6)¹⁴ pertencem ao aspecto transgressivo do mesmo bloco semântico. Na constituição do bloco semântico é utilizada a negação de maneira que o aspecto normativo se estruture a partir da fórmula X DC Y (lemos: X LOGO Y) e o transgressivo através da fórmula X PT não- Y (lemos: X NO ENTANTO negação de Y).

Como ressalta Cabral (2010), é preciso lembrar que o sentido da palavra presente nos encadeamentos tanto normativos como transgressivos, como a palavra *esforço* no exemplo acima, é o mesmo. E, é esse ponto de vista semântico que o aspecto normativo e o transgressivo têm sobre a palavra *esforço* que constitui o bloco semântico. Mas não significa que esse seja o único sentido em que a palavra *esforço* possa ser utilizada.

Ducrot e Carel também contemplam na Teoria dos Blocos Semânticos dois modos distintos, através dos quais um aspecto pode ser evocado a uma entidade: o *externo* e o *interno*, significando que “Um aspecto é evocado por uma entidade de modo externo se esta entidade constitui um segmento do aspecto” (DUCROT, 2002, p. 8). O modo externo ou argumentação externa ou, ainda, AE (abreviação utilizada por Ducrot na TAL), de uma estrutura linguística compreende a presença dessa mesma entidade linguística na constituição dos aspectos argumentativos, tanto normativos quanto transgressivos, evocados por um enunciado. Isso pode ser verificado nos encadeamentos evocados pelo enunciado (3), uma vez que a palavra *estudioso* é parte integrante dos dois aspectos argumentativos, a saber: 3 Pedro é estudioso.; 3’ Pedro é estudioso, logo será aprovado no concurso. (estudioso DC aprovação); e 3’’ Pedro é estudioso, no entanto não será aprovado. (estudioso PT aprovação).

¹² É definido como o resultado da relação de sentido existente entre dois segmentos X e Y, ligados por um conector que pode ser normativo (DONC /LOGO) ou transgressivo (POURTANT /NO ENTANTO).

¹³ Lembramos que DC (conector da língua francesa) corresponde ao conector LOGO da língua portuguesa.

¹⁴ É importante lembrar que, nos encadeamentos transgressivos, o conector PT da língua francesa corresponde a NO ENTANTO, na língua portuguesa.

Dependendo do posicionamento assumido pela palavra, se corresponde ao segundo segmento, o aspecto se relacionará com ela de forma externa à direita ou à esquerda. Para exemplificar essa relação, recorreremos mais uma vez ao exemplo apresentado por Ducrot (2002, p. 8), no encadeamento “ter pressa DC agir rapidamente”. O autor explica que esse aspecto é classificado como um aspecto externo à direita da expressão *ter pressa*, evidenciando as consequências da pressa. Já o aspecto externo à esquerda pode ser representado, por exemplo, pela expressão “estar apressado – ter pressa”, que assinala a causa para que alguém tenha pressa.

Para desenvolver a noção de *encadeamento argumentativo*, nas fases iniciais da TAL, Ducrot e Anscombe centraram seus estudos na argumentação externa. Na Teoria dos Blocos Semânticos, a argumentação externa continua presente, mas de forma atualizada, pois, além de auxiliar na distinção de particularidades existentes entre palavras de sentido muito próximo, favorecem a construção de encadeamentos não só do tipo DONC (logo), mas também do tipo POURTANT (no entanto). À argumentação externa da Teoria dos Blocos Semânticos foi acrescentada a argumentação interna (AI), que diz respeito “aos encadeamentos que parafraseiam a entidade” (DUCROT, 2002, p. 9), ou seja, ocorre como uma paráfrase de uma entidade linguística presente nos aspectos argumentativos, evocados por um enunciado. Como exemplo de argumentação interna, Ducrot (2002, p. 10) mostra que a partir do enunciado “João é prudente” podem ser evocados alguns encadeamentos que o parafraseiam: “Se há perigo, João toma precauções”. Assim, a AI¹⁵ de *Prudente* assume o seguinte aspecto: AI (prudente): perigo DC precaução.

Como podemos verificar, na composição da AI, tanto do enunciado “João é prudente” quanto do adjetivo *prudente*, não aparece em nenhum dos seus segmentos a entidade linguística *prudente*, isto é, essa palavra não se encontra presente no seu antecedente, nem no seu conseqüente¹⁶. Esses dois modos que podem ser evocados em um aspecto argumentativo ocorrem de forma distinta, pois, como afirma Cabral (2010, p. 123):

A argumentação interna está inscrita no significado da palavra e os encadeamentos possíveis são internos à palavra em questão; a argumentação externa, por sua vez, contém encadeamentos que prolongam o significado da palavra. Ressaltamos, no entanto, que tanto a argumentação interna quanto a argumentação externa constituem um fenômeno geral [...].

¹⁵ Assim como proposto por Carel e Ducrot (2005), aqui utilizaremos a abreviação AI para nos referirmos à argumentação interna, uma vez que os teóricos da Teoria dos Blocos Semânticos constroem as fórmulas da argumentação interna de palavras e enunciados utilizando esta abreviatura (AI).

¹⁶ “Os termos antecedente e conseqüente dizem respeito à posição, em relação ao conector, em que se encontram respectivamente cada um dos elementos que compõem o aspecto” (CABRAL, 2010, p. 123).

Cabe ressaltar que, além dos enunciados, as palavras e os sintagmas nominais também possuem argumentatividade, como, por exemplo, a palavra *prudente* que apresenta uma argumentação externa: “prudente DC neg-acidente” e uma interna: “perigo PT precaução”. Isso se evidencia a partir dos enunciados (4) e (5) evocados por esse termo: 4 Pedro é prudente, logo evitará acidente. (AE); 5 Se houver perigo, Pedro terá precaução. (AI).

Outra distinção bastante marcante entre a argumentação interna e a argumentação externa, na verdade a mais importante sob o ponto de vista teórico¹⁷, está no fato de uma entidade não poder comportar em sua AI, ao mesmo tempo um aspecto e seu aspecto converso, o que ocorre perfeitamente na AE¹⁸. Sendo assim, a argumentação externa comporta a ocorrência dos aspectos X CON Y e o seu converso ou oposto X CON’ Y, de modo que um é do tipo transgressivo (em PT) e o outro do tipo normativo (em DC), e inversamente. Para compreender essas fórmulas é preciso levar em consideração que as abreviações **CON** e **CON’**, utilizadas por Carel e Ducrot (2005) na constituição dessas fórmulas, correspondem a **conector** e **conector’**, respectivamente.

Nesse sentido, verificamos que a “argumentação externa de um termo é estável para a conversão: se ela contém um aspecto, contém também seu converso. Inversamente, a argumentação interna de uma palavra não contém o seu converso” [...] (CABRAL, 2010, p. 128-129), ou seja, seu oposto. Na AI de uma entidade linguística, a possibilidade da ocorrência de encadeamentos que apresentem um significado oposto a essa entidade corresponde a mais uma das diferenças relevantes entre a AE e a AI. Para Carel e Ducrot (2001), essa é a característica principal da Teoria dos Blocos Semânticos por possibilitar que sejam gerados encadeamentos com sentido paradoxal¹⁹, construído pela língua. Como exemplo de entidade paradoxal²⁰, Ducrot (2001) apresenta a palavra *masoquista* (sofrimento DC satisfação), cujo aspecto evocado apresenta um sentido contrário ao que se espera.

Além de distinguir os modos internos e externos da argumentação, Ducrot e Carel acrescentam na TBS outros dois tipos de argumentação: a *estrutural* e a *contextual*²¹. A argumentação estrutural, que pode ocorrer tanto de forma interna quanto externa, está

¹⁷ Cf. Ducrot, 2002, p. 10.

¹⁸ Abreviação apresentada por Carel e Ducrot (2005) para representar a Argumentação externa que será também utilizada por nós no decorrer deste trabalho.

¹⁹ Termo utilizado pelos autores da teoria para explicar a ocorrência de encadeamentos que apresentam um sentido oposto à entidade linguística.

²⁰ “As palavras paradoxais são aquelas cuja **argumentação interna** contém, ao menos, um aspecto paradoxal” (CABRAL, 2010, p. 130, grifo do autor).

²¹ Inicialmente, esses dois tipos de argumentação foram denominados por Carel e Ducrot (1999) como argumentação *intrínseca* e *extrínseca*. Posteriormente, foram renomeados por Ducrot (2000) como *estrutural* e *contextual*.

relacionada ao significado de uma palavra, construído pela própria língua. Já a argumentação contextual está ligada ao significado de uma entidade, construído pelo discurso.

A partir da descrição de diversas palavras, a TBS conseguiu mostrar que é possível atribuir uma AI e uma AE às palavras consideradas *plenas*, uma vez que as palavras classificadas como *instrumentais* ou *gramaticais* não remetem a nenhum *elemento da realidade*. Diferentemente das palavras *plenas* que possuem um *conteúdo* (cf. DUCROT, 2002, p. 11). Segundo Delanoy (2008, p. 32), “as *palavras ferramentas* ou *gramaticais* não podem ser associadas a nenhum conjunto específico de discursos, mas adquirem seu sentido na relação com outros discursos que não estão diretamente ligados a elas”.

As palavras *plenas* “são aquelas às quais somos capazes de atribuir uma AI e uma AE. [...] Elas têm em comum evocar discursos, aqueles que pertencem aos aspectos que constituem sua AI e sua AE” (DUCROT, 2002, p. 10). Já as palavras consideradas *instrumentais* são “aquelas às quais não queremos ou não podemos associar um conjunto específico de aspectos e discursos. Isso não significa, é claro, que seu valor semântico seja estranho à ordem do discursivo” (DUCROT, 2002, p.10). As palavras *instrumentais* subdividem-se em três categorias: *articuladores*, *conectores* e *operadores*.

A categoria dos articuladores, ou organizadores textuais, serve, segundo Ducrot (2002), para articular os encadeamentos argumentativos de modo a comparar “as argumentações que constituem o sentido dos segmentos que os precedem e os seguem” (p. 11). Além disso, têm como função “organizar as partes do texto a fim de facilitar o tratamento interpretativo, vinculando unidades semânticas e, ainda, conferindo um papel argumentativo às unidades que relacionam” (MAINGUENEAU, 1996, p. 63).

Como exemplo de articulador, Ducrot cita o *mas*, cuja atuação vemos nos seguintes encadeamentos: 7) João é cauteloso, *mas* Maria não gosta de viajar com ele. Os conectores têm como função compor encadeamentos argumentativos, isto é, os discursos doadores de sentido, e são análogos a *donc* e *pourtant*, do francês.

Já os operadores têm como função estruturar os enunciados, articulando-os entre si. Como afirma Ducrot, o operador é “uma palavra Y que, aplicada a uma palavra X, produz um sintagma XY cujo sentido está constituído por aspectos que contêm as palavras *plenas* já presentes na AI e na AE de X” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 166). Essa categoria subdivide-se em: modalizadores e internalizadores.

Os modificadores correspondem a “uma palavra gramatical Y que, associada a uma palavra X, forma o sintagma XY, cuja AI é constituída unicamente pelas palavras *plenas* contidas na AI de X” (CAREL; DUCROT, 2005, 167). Sendo que “Y não introduz nenhum

termo pleno novo nos aspectos que constituem a AI de X: ele se contenta em reorganizá-las, combinando-as de um modo novo com os conectores e a negação” (DUCROT, 2002, p. 12). O adjetivo *fácil*, enquanto predicado da palavra *problema*, o “desrealizante inversor” *pouco*, bem como *afastado*, quando predicado de *parente*, são exemplos de modificadores. Parafraseando o sintagma *Problema fácil* por *questão que alguém não pode compreender mesmo quando se esforce*, evocando na sua AI o aspecto “esforço PT neg- compreensão”, teremos como AI “esforço DC compreensão” (basta fazer esforço para compreender) (cf. DUCROT, 2002, p. 12).

Os modificadores podem ser utilizados tanto para reforçar, quanto para atenuar o valor de um enunciado. Quando os modificadores reforçam esse valor, são classificados como “modificadores realizantes”. Se atenuam, são considerados “modificadores desrealizantes”. Assim, no enunciado (8) verificamos a presença do modalizador realizante *grande* por reforçar o valor²² da palavra *professor*. Enquanto que no enunciado (9), há a presença do modificador desrealizante *mero* que atenua o valor da palavra *estudante*: (8) Ele é um *grande* professor. (9) Paulo é um *mero* estudante.

Já os internalizadores são operadores cuja denominação “evoca a ideia de que a AE de X se coloca no interior da AI de XY” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 169). Além disso, os internalizadores comportam os aspectos normativos e transgressivos. Sendo que esses dois aspectos não podem ocorrer ao mesmo tempo na AI de uma mesma entidade linguística, ou seja, de uma mesma palavra.

Para exemplificar, Ducrot (2002) apresenta a expressão *em vão* presente no sintagma *procurar em vão*. De modo a evidenciar que quando se fala o verbo *procurar*, logo se remete ao verbo *encontrar*, uma vez que aquele que procura tem como intenção encontrar. Dessa forma, a AE de *procurar* evoca o aspecto: “procurar PT encontrar”. Verificamos que o *operador em vão* funciona como um *internalizador transgressivo* do verbo *procurar*, o que resulta na AI “procurar NE neg- encontrar, que corresponde ao aspecto transgressivo do encadeamento apresentado acima (“procurar PT encontrar”). A partir desse exemplo, observamos que a AE de *procurar* encontra-se internalizada na AI do sintagma *procurar em vão*. Lembramos que dentro dos internalizadores existem os que são normativos (com o aspecto em PT) e os transgressivos (com o aspecto em NE).

²² Entenda-se *Força argumentativa*.

Como vimos, as palavras podem ser classificadas semanticamente como: *palavras plenas* e *palavras instrumentais*, ou seja, *conectores*, *articuladores* e, por último, *operadores* (que subdividem-se em *modificadores* e *internalizadores*).

4 Considerações finais

Com base nos estudos aqui apresentados sobre a Teoria da Argumentação, percebermos que, na Retórica aristotélica, a argumentação está centrada no raciocínio lógico e só tem validade se for capaz de alcançar o auditório, ou seja, de persuadi-lo. Ainda, verificamos que com Perelman e Olbrechts-Tyteca a Retórica de Aristóteles ganha uma *nova roupagem* e a argumentação passa a ser vista como um ato persuasivo capaz de aumentar a adesão do auditório à tese do orador. Mas, partindo do postulado por Ducrot e colaboradores, observamos que a argumentação está inscrita na própria língua e passa a ser concebida como uma atividade estruturante de qualquer discurso. Além disso, a argumentação passa a ser vista como um encadeamento de dois segmentos do discurso, ligados por um conector que pode ser do tipo normativo ou transgressivo.

A argumentação tem sido objeto de estudo desde a antiga Grécia até os dias atuais. Fizemos um recorte dos estudos da argumentação a partir das contribuições de Aristóteles por ser este o nosso objetivo. Ressaltamos que em nenhum momento tivemos como pretensão desmerecer, por exemplo, as contribuições dos sofistas ou negar a existência da prática da argumentação pelo homem, antes da Retórica aristotélica.

Referências

- ARISTÓTELES. **A arte retórica e arte poética**. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1959.
- _____. **Retórica das paixões**, prefácio Michel Meyer. Trad. do grego Isis Borges B. Da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ANSCOMBRE, J. C; DUCROT, O. **La Argumentación en la lengua**. Madrid: Gredos, 1994.
- CABRAL, A. L. T. **A força das palavras**: dizer e argumentar. São Paulo: Contexto, 2010.
- CAREL, Marion. Argumentação interna aos enunciados. **Letras de Hoje**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 37, n. 3, p. 27-43, set. 2002.
- CAREL, M; DUCROT, O. Le problème du paradoxe dans une sémantique argumentative. In: **Langue Française**. Paris: Larousse, 1999. p. 6-26, v. 123.

_____. O problema do paradoxo em uma semântica argumentativa. Trad. Sheila Elias de Oliveira. In: GUIMARÃES. **Línguas e instrumentos lingüísticos 8**. Campinas: Pontes, 2001, p. 7-32.

_____. **La semántica argumentativa**: una introducción a la teoría de los bloques semánticos. Edición literaria a cargo de María Marta Negroni y Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Colihue, 2005.

DELANOY, C. P. O papel do leitor pela teoria da argumentação na língua. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 27-32, jan. / mar. 2008.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

_____. **Polifonía y argumentación**: conferencias del Seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valle, 1988.

_____. Argumentação e “topoi” argumentativos. In: GUIMARÃES, E. **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989, p.13-38.

_____. Criteres argumentatifs et analyse lexicale, **Languages**, n. 142. Paris: Larousse, p. 22-40, 2001.

_____. La elección de las descripciones en semántica argumentativa léxica, **Revista Iberoamericana de discurso y Sociedad**, Barcelona: Editorial Gedisa, v. 2, n. 4, p. 23-44, 2000. (Tradução de Beatriz Diez)

_____. Os internalizadores. **Letras de Hoje** (A Teoria da Argumentação na Língua: estudos e aplicações), Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 7-26, set. 2002.

FERREIRA, L. A. **Leitura e persuasão**: princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto, 2010.

GUIMARÃES, E. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do português. Campinas: Pontes, 2007.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, [2000] 2009.

MAINGUENEAU, D. **Pragmática para o discurso literário**. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MENEZES, W. A. Faces e usos da argumentação. In: MARI, H., MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Org.). **Análise do discurso**: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: FALE /UFMG, 2001, p.179-199.

MEYER, M. **Questões de retórica**: linguagem, razão e sedução. Lisboa: Nova Biblioteca 70, 1994.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLANTIN, C. **A argumentação**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIBEIRO, R. M. **A construção da argumentação oral no contexto de ensino**. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, E. W. de. Retórica, argumentação e discurso. In: MARI, H., MACHADO, I. L.; MELLO, R. (orgs.). **Análise do discurso**: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: FALE /UFMG, 2001, p.157-177.

STIRN, F. **Compreender Aristóteles**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2006.

TOULMIN, S. E. **The uses of argument**. Cambridge: Cambridge University Press, 1958.

TRINGALI, D. **Introdução à retórica**: a retórica como crítica literária. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

Data de recebimento: 30 de abril de 2013.

Data de aceite: 12 de julho de 2013.